

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

PLANO DE ENSINO

Curso: Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade

Disciplina: GESTÃO TRIBUTÁRIA

Carga horária: 45h

Créditos: 3

Professores responsáveis: Alexandre Evaristo Pinto e Leonardo Aguirra de Andrade

4º trimestre 2021

OBJETIVO:

Os tributos não são neutros e afetam o processo de tomada de decisões pelos agentes econômicos. Partindo de tal premissa, essa disciplina tem como objetivo analisar como os tributos impactam o desempenho das entidades e como eles são evidenciados nas demonstrações financeiras. Ademais, a disciplina visa demonstrar em que medida os gestores podem tomar decisões que afetarão a carga tributária das entidades.

EMENTA:

Efeitos dos Tributos nas Empresas. Funções do Tributo. O Mito da Neutralidade Tributária. Planejamento Tributário. Custos de Conformidade. Regimes de Apuração. Tributação da Renda da Pessoa Jurídica. Lucro Real, Lucro Presumido e Lucro Arbitrado. Taxa Efetiva dos tributos sobre o Lucro e Gerenciamento de Resultados. Diferenças temporárias nos Tributos sobre o Lucro e Tributos Diferidos. Regime de Competência e Regime de Caixa. Tributos sobre o Lucro. Juros sobre capital próprio, lucros e dividendos. Reconhecimento de Receita. Tributação da Receita no Brasil e seus aspectos práticos. Contrato com Clientes e CPC 47. Não-cumulatividade dos tributos. Tributação da “Economia Digital”. Tributação sobre o Consumo (Bens e Serviços) no Brasil – ICMS e ISS. Propostas de Reforma Tributária. Tributação sobre o Valor Agregado. Contribuições Sociais. Desoneração da Folha de Pagamento. Eficiência de políticas de desoneração. Plano de Opção Compra de Ações (*Stock Options*): aspectos contábeis e fiscais. Gerenciamento empresarial a partir de incentivos fiscais. Guerra Fiscal. Regimes Especiais Aduaneiros e Exportação. Lei do Bem (incentivo à inovação tecnológica) e o Setor Produtivo. Política de incentivo as Pequenas e Médias empresas. Simples Nacional.

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

METODOLOGIA DE ENSINO:

Os alunos serão divididos em grupos e deverão preparar seminários sobre os temas propostos para cada encontro. O professor-facilitador fará intervenções durante as apresentações, propondo a discussão de casos práticos e reflexões científicas. No mesmo sentido, espera-se que os participantes possam fomentar os debates por meio do relato de vivências profissionais e análise crítica das pesquisas e metodologias em pauta.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

A avaliação da disciplina seguirá os seguintes critérios:

Qualidade das apresentações: as apresentações a serem realizadas pelos grupos-expositores serão avaliadas pelo professor-facilitador de cada tema em termos da qualidade técnica do conteúdo e capacidade dos apresentadores em transmitir os principais conceitos, fundamentações teóricas e reflexões acerca de cada tema. A nota de cada integrante de um grupo expositor poderá variar em relação a de seus colegas. O professor-facilitador comandará a participação de cada aluno do grupo-expositor durante a apresentação, bem como do grupo que será o expositor, ou seja, é o professor-facilitador que determina quem será o expositor em cada tema abordado. Este quesito de avaliação corresponderá a 25% do conceito final da disciplina.

Participação: a participação (medida pela qualidade e frequência das intervenções) será responsável por 25% do conceito final. Para tanto os alunos que não participarem do grupo expositor ficarão responsáveis pela leitura e apresentação de um fichamento de pelo menos um dos textos.

Resumo expandido: cada grupo expositor deverá preparar um resumo expandido até 1 mês após o encerramento da disciplina, que aborde o conhecimento construído coletivamente sobre um dos temas abordados. A nota atribuída ao artigo contribuirá em 50% para o conceito final dos discentes.

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

CRONOGRAMA DAS AULAS:

AULA	DATA	TEMA	METODOLOGIA DA AULA/ REFERÊNCIAS
1.	25/10	AULA 1: EFEITOS DOS TRIBUTOS NAS EMPRESAS Efeitos dos Tributos nas Empresas. Funções do Tributo. O Mito da Neutralidade Tributária. Planejamento Tributário. Custos de Conformidade	BERTOLUCCI, Aldo V; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Quanto custa pagar tributos? Revista contabilidade & finanças. São Paulo, v. 13, n. 29, p. 55-67, Aug. 2002 CALIJJURI, Mônica; LOPES, A. Broedel. Gestão Tributária: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Atlas, 2011, Cap. III, pp. 68-114 GRAHAM, John et. al. (2017). Tax Rates and Corporate Decision-making. Review of Financial Studies. 30(9). pp. 3128-3175. KARAYAN, John; SWENSON, Charles. Strategic Business Tax Planning. 2. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007, Cap. I, pp. 1-35 SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018, pp. 42-67 (Cap. I, subitens 5 a 7) [Minha Biblioteca Fipecafi] SCHOUERI, Luís Eduardo. Planejamento tributário: limites à norma antiabuso. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.24, p. 345-370, 2010.
2.	08/11	AULA 2: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: REGIMES DE APURAÇÃO Regimes de Apuração. Tributação da Renda da Pessoa Jurídica. Lucro Real, Lucro Presumido e Lucro Arbitrado.	Acórdão CARF nº 103-23.357 (Caso Kiwi Boats) – Segregação de PJ Acórdão CSRF nº 9101-002.397 (Caso Schaefer Yachts) – Segregação de PJ ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de Renda das Empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. <i>Capítulos 2, 5, 41 e 42.</i> [Minha Biblioteca Fipecafi] AVI-YONAH, Reuven S.. Pessoas Jurídicas, Sociedade e o Estado - uma Defesa do Imposto das Pessoas Jurídicas, Revista de Direito Tributário Atual n. 21, 2007, pp. 12-60 BRAUNER, Yariv. Revisitando a (in)sensatez do imposto de renda das pessoas jurídicas. Revista de Direito Tributário Atual n. 21, 2007, pp. 61-102

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

3.	22/11	AULA 3: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: EVIDENCIAÇÃO DOS TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS Taxa Efetiva dos tributos sobre o Lucro e Gerenciamento de Resultados. Diferenças temporárias nos Tributos sobre o Lucro e Tributos Diferidos. Regime de Competência e Regime de Caixa.	ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de Renda das Empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. <i>Capítulo 7</i>. [Minha Biblioteca Fipecafi] CABELLO, Otavio Gomes; PEREIRA, Carlos Alberto, Efeitos das práticas de tributação do lucro na effective tax rate (ETR): uma abordagem da teoria das escolhas contábeis. <i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i> v. 8, n. 3, 2015 GELBCKE, Ernesto Rubens [et al.]. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018, Capítulo 20, pp. 349-366 [Minha Biblioteca Fipecafi] OLIVEIRA, Valdiney Alves de; ALMEIDA, Lara Cristina Francisco de; LEMES, Sirlei. Gerenciamento de Resultados Contábeis por meio de Ativos Fiscais Diferidos. <i>Journal of Accounting, Management and Governance</i>, [S.l.], v. 11, n. 1-2, mar. 2009. RODRIGUEZ, E. F. Arias, A. M. (2014). Determinants of the effective tax rate in the BRIC Countries. <i>Emerging Markets Finance and Trade</i>, 50(3), 214 – 228
4.	29/11	AULA 4: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, LUCROS E DIVIDENDOS. Tributação dos Dividendos. Necessidade de Escrituração Contábil. Juros sobre o Capital Próprio e Correção Monetária. Juros sobre o Capital Próprio e Custo de Oportunidade.	CAVALCANTI, Flávia. A integração da tributação das pessoas jurídicas e das pessoas físicas - uma análise calcada na neutralidade, equidade e eficiência. <i>Direito tributário atual</i>, São Paulo: Resenha Tributária/IBDT, n.24, p. 239-279, 2010. HOKE, William. Brazil Studying Dividend Tax to Pay for Corporate Cuts. <i>Tax Notes International</i>, [s. l.], n. January 28, 2019, p. 426–427, 2019 MALHERBE, Jacques. VETTORI, Gustavo G. Deducting Interest on Equity Capital: Brazilian and Belgian Tax Rules Compared. In: <i>European Tax Studies</i> MARTINS, Eliseu. Um pouco da história dos juros sobre o capital próprio, <i>Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços</i>, Bol. 49/2004 SCHOUERI, Luís Eduardo. Juros sobre o capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da "nova contabilidade". In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (Coords.). <i>Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos</i>. São Paulo: Dialética, 2012. p. 169-193. v. 2

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

5.	01/12	AULA 5: TRIBUTOS SOBRE A RECEITA Reconhecimento de Receita. Tributação da Receita no Brasil e seus aspectos práticos. Contrato com Clientes e CPC 47. Não-cumulatividade dos tributos.	Acórdão CSCARF nº 9303-007.845 (aplicou o conceito de insumo definido pelo STJ) Acórdão do RE 574.706 (Tema 69 – Inclusão do ICMS na base de Cálculo do Pis e da Cofins) – pp. 10-27 especialmente (Voto da Min. Cármen Lúcia) ÁVILA, Humberto. A inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. In: Contribuições e Imposto sobre a Renda: estudos e pareceres. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 9-33 FLORES, E; MARTINS, E.; BRAUNBECK, G. Nada de novo no front: a constante busca pelo adequado reconhecimento contábil de receitas. Revista de Direito Contábil Fiscal. Vol.1. n. 1., Jan/Jun. 2019, São Paulo: MP Editora, 2019, pp. 59-78 ROCHA, Paulo Victor da. Aspectos constitucionais da não cumulatividade dos tributos no Brasil. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.27, p. 521-541, 2012 SILVA, Fábio Pereira da; TOMAZELA, Ramon. O reconhecimento de receitas e os contratos do tipo bill-and-hold à luz do pronunciamento técnico CPC nº 47. In: PINTO, Alexandre, SILVA, Fabio Pereira da, MURCIA, Fernando Dal-ri, VETTORI, Gustavo Gonçalves. Controvérsias Jurídico-Contábeis. São Paulo: Atlas, 2019, pp. 107-128
6.	06/12	AULA 6: TRIBUTOS SOBRE OPERAÇÕES MERCANTIS: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS Tributação da “Economia Digital”. Tributação sobre o Consumo (Bens e Serviços) no Brasil – ICMS e ISS. Propostas de Reforma Tributária. Tributação sobre o Valor Agregado.	“Caso Microsoft” – Acórdão TIT, AIIM nº 4086771 – Publicidade na Internet (ICMS x ISS) Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Reforma Tributária: comparativo PEC45 e PEC110, 2019. OCDE. International VAT/GST Guidelines, 2015, Cap. 2, p. 15-26 SCHÖN, Wolfgang. Ten Questions about Why and How to Tax the Digitalized Economy. IBFD, 2018 TAKANO, Caio; PRZEPIORKA, Michell. A mutação do conceito de serviço na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In. BUISSA, L.; RIEMANN, S; MARTINS, R. (Orgs.). Direito e finanças públicas nos 30 anos da constituição: experiências e desafios nos campos do direito tributário e financeiro – 1 ed. – Florianópolis: Tirant Blanch, 2018, pp. 135-156

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

7.	13/12	AULA 7: TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO Contribuições Sociais. Desoneração da Folha de Pagamento. Eficiência de políticas de desoneração. Plano de Opção Compra de Ações (<i>Stock Options</i>): aspectos contábeis e fiscais.	Acórdão CSRF nº 9202-006.628 (<i>Stock Options e Contribuição Previdenciária</i>), j. 21.03.18 AFONSO, José Roberto; BARROS, Gabriel Leal de. Desoneração da Folha: renúncia revistada. São Paulo: FGV, 2013. BANDONI, Raquel; BALARDIM, Adriana Rodrigues; GONZALES, Alexandre. Análise sobre a tributação de benefícios de Stock Options no Brasil. Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA), [S.l.], v. 4, n. 1, p. 62-85, out. 2017. KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. Quanto a desoneração onera: sobre regras jurídicas e suas justificativas. Revista Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.33, p. 219-236, 2015. MOREIRA, André Mendes; QUINTELA, Guilherme Camargos; SAVASSI, Rafael França. Plano de stock options. Análise sob o prisma da não incidência de contribuições sociais. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.214, p. 32-42, 2013 STIGLITZ, Joseph. "Taxation, Public Policy, and Dynamics of Unemployment". In: <i>International Taxation and Public Finance</i>, August 1999, Volume 6, pp. 239-262.
8.	20/12	AULA 8: INCENTIVOS FISCAIS Gerenciamento empresarial a partir de incentivos fiscais. Guerra Fiscal. Regimes Especiais Aduaneiros e Exportação. Lei do Bem (incentivo à inovação tecnológica) e o Setor Produtivo. Política de incentivo as Pequenas e Médias empresas. Simples Nacional.	ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de Renda das Empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. <i>Capítulo 20 (itens 20.5 e 20.6)</i>. [Minha Biblioteca Fipecafi] FABIANI, Sidirley; SBAGIA, Roberto. Tax Incentives for Technological Business Innovation in Brazil: The Use of the Good Law - Lei do Bem (Law No. 11196/2005). Journal of Technology Management & Innovation, 9(4), 2014, pp. 53-63 MOTA, Tânia; AMARAL, Cristina Silveira do. Fomento ao desenvolvimento econômico a partir da possibilidade dos incentivos à exportação através do regime aduaneiro especial - drawback. Revista Videre, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 52-66, out. 2014. OECD. OECD Review of National R&D Tax Incentives and Estimates of R&D Tax Subsidy Rates. April, 2018, pp. 5-25

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

			OECD. Taxation of SMEs in OECD and G20 Countries, OECD Tax Policy Studies, No. 23, OECD Publishing, Paris, 2015, <i>Chapter 3</i>, pp. 59-88 SCAFF, Fernando Facury. A responsabilidade tributária e a inconstitucionalidade da guerra fiscal. In: Valdir de Oliveira Rocha (Coord.), <i>Grandes questões atuais do direito tributário</i>, vo. 15. São Paulo: Dialética, 2011, pp. 43-60
--	--	--	---

AULA 1: EFEITOS DOS TRIBUTOS NAS EMPRESAS

Bibliografia Básica:

BERTOLUCCI, Aldo V; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Quanto custa pagar tributos?** Revista contabilidade & finanças. São Paulo, v. 13, n. 29, p. 55-67, Aug. 2002 (12 p.)

CALIJURI, Mônica; LOPES, A. Broedel. **Gestão Tributária: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2011, Cap. III, pp. 68-114 (46 p.)

GRAHAM, John et. al. (2017). **Tax Rates and Corporate Decision-making**. Review of Financial Studies. 30(9). pp. 3128-3175. (47 p.)

KARAYAN, John; SWENSON, Charles. **Strategic Business Tax Planning**. 2. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007, Cap. I, pp. 1-35 (35 p.)

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018, pp. 42-67 (Cap. I, subitens 5 a 7) (25 p.) [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Planejamento tributário: limites à norma antiabuso**. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.24, p. 345-370, 2010. (25 p.)

Bibliografia Complementar:

Acórdão CARF nº 2402-005.703 (**Caso Neymar**) – Serviços personalíssimos e “Pejotização” (Voto Vencedor – fls. 142/165) (23 p.)

BARRETO, Paulo Ayres. **Planejamento Tributário - Limites Normativos**. Noeses, 2016, Cap. V, pp. 71-105

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento Tributário**. 4ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019, Cap. XIII, pp. 325-361

ÁVILA, Humberto. **Planejamento tributário**. Conferência. XX Congresso Brasileiro de Direito Tributário. Revista de direito tributário (98/74), 2007.

FABRI, Andréa Queiroz; NASCIMENTO, Carlos Eduardo de. **Impactos da tributação na liberdade de iniciativa**. In: GIOIA, Fulvia Helena de; PIERDONÁ, Zélia Luiza (Coord.). *Pacto Federativo, tributação cidadania: homenagem ao professor Alcides Jorge da Costa*. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 21-40.

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

SCHOUERI, Luís Eduardo. **O desafio do planejamento tributário**. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), Rodrigo de Freitas (org.), Planejamento tributário e o propósito negocial: mapeamento de decisões do conselho de contribuintes de 2002 a 2008. São Paulo: Quartier Latin, 2010, pp. 13-20.

JEFFREY K.; MACKIE-MASON. **Do Taxes Affect Corporate Financing Decisions?** June 1988. NBER Working Paper No. w2632.

AULA 2: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: REGIMES DE APURAÇÃO

Bibliografia Básica:

Acórdão CARF nº 103-23.357 (**Caso Kiwi Boats**) – Segregação de PJ (9 p.)

Acórdão CSRF nº 9101-002.397 (**Caso Schaefer Yachts**) – Segregação de PJ (42 p.)

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. *Capítulos 2, 5, 41 e 42*. [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

AVI-YONAH, Reuven S.. **Pessoas Jurídicas, Sociedade e o Estado - uma Defesa do Imposto das Pessoas Jurídicas**, Revista de Direito Tributário Atual n. 21, 2007, pp. 12-60 (48 p.)

BRAUNER, Yariv. **Revisitando a (in)sensatez do imposto de renda das pessoas jurídicas**. Revista de Direito Tributário Atual n. 21, 2007, pp. 61-102 (41 p.)

Bibliografia Complementar:

RULLO, Carmine. **Lucro real ou lucro presumido: por qual optar?** 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, Caps. 3 e 4, pp. 13-49.

AVARTE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, Capítulo 12, pp. 206-230.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Considerações acerca da Disponibilidade da Renda: Renda Disponível é Renda Líquida**. In: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito (Coords.) **Direito Tributário: princípio da realização no imposto sobre a renda – estudos em homenagem a Ricardo Mariz de Oliveira** – São Paulo: IBDT, 2019, p. 19-32 (13 p.)

Acórdão CARF nº 103-07.260 (**Caso Grendene**) – Segregação de Pessoa Jurídica

AULA 3: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: EVIDENCIAÇÃO DOS TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Bibliografia Básica:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. *Capítulo 7*. [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

CABELLO, Otavio Gomes; PEREIRA, Carlos Alberto, **Efeitos das práticas de tributação do lucro na effective tax rate (ETR): uma abordagem da teoria das escolhas contábeis**. *Advances in Scientific and Applied Accounting* v. 8, n. 3, 2015 (18 p.)

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

GELBCKE, Ernesto Rubens [et al.]. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018, Capítulo 20, pp. 349-366 (17 p.) [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

OLIVEIRA, Valdiney Alves de; ALMEIDA, Lara Cristina Francisco de; LEMES, Sirlei. **Gerenciamento de Resultados Contábeis por meio de Ativos Fiscais Diferidos**. Journal of Accounting, Management and Governance, [S.l.], v. 11, n. 1-2, mar. 2009. (16 p.)

RODRIGUEZ, E. F. Arias, A. M. (2014). **Determinants of the effective tax rate in the BRIC Countries**. Emerging Markets Finance and Trade, 50(3), 214 – 228 (14 p.)

Bibliografia Complementar:

Pronunciamento Técnico **CPC 32 (IAS 12)** – Tributo Sobre o Lucro (55 p.)

AULA 4: TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, LUCROS E DIVIDENDOS.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTI, Flávia. **A integração da tributação das pessoas jurídicas e das pessoas físicas - uma análise calcada na neutralidade, equidade e eficiência**. Direito tributário atual, São Paulo: Resenha Tributaria/IBDT, n.24, p. 239-279, 2010. (40 p.)

HOKE, William. **Brazil Studying Dividend Tax to Pay for Corporate Cuts**. Tax Notes International, [s. l.], n. January 28, 2019, p. 426–427, 2019 (2 p.)

MALHERBE, Jacques. VETTORI, Gustavo G. **Deducting Interest on Equity Capital: Brazilian and Belgian Tax Rules Compared**. In: European Tax Studies (49 p.)

MARTINS, Eliseu. **Um pouco da história dos juros sobre o capital próprio**, Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços, Bol. 49/2004 (13 p.)

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Juros sobre o capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da "nova contabilidade"**. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (Coords.). Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, 2012. p. 169-193. v. 2 (24 p.)

Bibliografia Complementar:

POHLMANN, M.; IUDÍCIBUS, S. **Relação entre a tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças, 21(53), 2010, pp. 1-25 (25 p.)

MOREIRA, André Mendes; FONSECA, Fernando Daniel de Moura. **Da possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio apurados com base em exercício anteriores - dedutibilidade do IRPJ**. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.235, p. 29-38, 2015.

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

AULA 5: TRIBUTOS SOBRE A RECEITA

Bibliografia Básica:

Acórdão **CSCARF nº 9303-007.845** (aplicou o conceito de insumo definido pelo STJ) (10 p.)

Acórdão do **RE 574.706** (Tema 69 – **Inclusão do ICMS na base de Cálculo do Pis e da Cofins**) – pp. 10-27 especialmente (Voto da Min. Cármen Lúcia) (17 p.)

ÁVILA, Humberto. **A inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS**. In: Contribuições e Imposto sobre a Renda: estudos e pareceres. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 9-33 (19 p.)

FLORES, E; MARTINS, E.; BRAUNBECK, G. **Nada de novo no front: a constante busca pelo adequado reconhecimento contábil de receitas**. Revista de Direito Contábil Fiscal. Vol.1. n. 1., Jan/Jun. 2019, São Paulo: MP Editora, 2019, pp. 59-78 (19 p.)

ROCHA, Paulo Victor da. **Aspectos constitucionais da não cumulatividade dos tributos no Brasil**. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.27, p. 521-541, 2012 (20 p.)

SILVA, Fábio Pereira da; TOMAZELA, Ramon. **O reconhecimento de receitas e os contratos do tipo bill-and-hold à luz do pronunciamento técnico CPC n º 47**. In: PINTO, Alexandre, SILVA, Fabio Pereira da, MURCIA, Fernando Dal-ri, VETTORI, Gustavo Gonçalves. Controvérsias Jurídico-Contábeis. São Paulo: Atlas, 2019, pp. 107-128 (21 p.)

Bibliografia Complementar:

Pronunciamento Técnico **CPC 47 (IAS 15)** – Receita de Contrato com Cliente

GELBCKE, Ernesto Rubens [et al.]. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018, *Capítulo 30* [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

CARVALHO, Nelson; CARMO, Carlos Henrique Silva do. **Reconhecimento Contábil de Receitas: o que vem (ou pode vir) por aí**. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos), 3º volume. São Paulo: Dialética, 2012, pp. 281-296

MARIZ DE OLIVEIRA, Ricardo. **Reconhecimento de Receitas – Questões Tributárias Importantes (uma Nova Noção de Disponibilidade Econômica?)**. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel. Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos), 3º volume, São Paulo: Dialética, 2012, pp. 297-314.

Acórdão **REsp 1.221.170** (Conceito de Insumo para fins de crédito de Pis e Cofins)

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

AULA 6: TRIBUTOS SOBRE OPERAÇÕES MERCANTIS: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Bibliografia Básica:

“Caso Microsoft” – Acórdão TTT, AIIM nº 4086771 – **Publicidade na Internet (ICMS x ISS)** (6 p.)

Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. **Reforma Tributária: comparativo PEC45 e PEC110**, 2019. (16 p.)

OCDE. **International VAT/GST Guidelines**, 2015, Cap. 2, p. 15-26 (11 p.)

SCHÖN, Wolfgang. **Ten Questions about Why and How to Tax the Digitalized Economy**. IBFD, 2018 (15 p.)

TAKANO, Caio; PRZEPIORKA, Michell. **A mutação do conceito de serviço na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. In: BUISSA, L.; RIEMANN, S; MARTINS, R. (Orgs.). *Direito e finanças públicas nos 30 anos da constituição: experiências e desafios nos campos do direito tributário e financeiro* – 1 ed. – Florianópolis: Tirant Blanch, 2018, pp. 135-156 (19 p.)

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Humberto; SOUZA, Hamilton D. de.; CARRAZZA, Roque A., **A Reforma Tributária que o Brasil precisa**. Partes I, II e III. Consultor Jurídico, nov. 2019.

PEC 45 e PEC 110 – Propostas de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional

BIRD, R. M.; MICHAEL, S. **Financing social expenditures in developing countries: payroll or value added taxes?** Georgia: ICPP, Jan. 2012.

BAL, Aleksandra. **European VAT and the digital economy**. In: FARIA, Renato Vilela; SILVEIRA, Ricardo Maitto da; MONTEIRO, Alexandre Luis Moraes do Rêgo (Orgs.). *Tributação da economia digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 1057-1069.

ÁVILA, Humberto. **Veiculação de Material Publicitário em Páginas na Internet**. 2010. RDDT. v. 173, p. 153-164

HUFBAUER, Gary Clyde; LU, Zhiyao (Lucy). **The European Union’s Proposed Digital Services Tax: A De Facto Tariff**. Peterson Institute for International Economics Policy Brief, [s. l.], v. 18, n. 25, 2018.

OECD. **Addressing the tax challenges of the digital economy: action 1: 2015 Final Report**. Paris, 2015.

285 p. (pp. 11-32 e 141-148)

PAULSEN, Leandro. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018, **Parte 3, Capítulo 3**. [\[Minha Biblioteca Fipecafi\]](#)

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

AULA 7: TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Bibliografia Básica:

Acórdão CSRF nº 9202-006.628 (*Stock Options e Contribuição Previdenciária*), j. 21.03.2018 (51 p.)

AFONSO, José Roberto; BARROS, Gabriel Leal de. **Desoneração da Folha: renúncia revistada**. São Paulo: FGV, 2013. (28 p.)

BANDONI, Raquel; BALARDIM, Adriana Rodrigues; GONZALES, Alexandre. **Análise sobre a tributação de benefícios de Stock Options no Brasil**. Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA), [S.l.], v. 4, n. 1, p. 62-85, out. 2017. (23 p.)

KOURY, Paulo Arthur Cavalcante. **Quanto a desoneração onera: sobre regras jurídicas e suas justificativas**. Revista Direito Tributário Atual, São Paulo: Dialética/IBDT, n.33, p. 219-236, 2015. (17 p.)

MOREIRA, André Mendes; QUINTELA, Guilherme Camargos; SAVASSI, Rafael França. **Plano de stock options. Análise sob o prisma da não incidência de contribuições sociais**. Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo: Dialética, n.214, p. 32-42, 2013 (10 p.)

STIGLITZ, Joseph. **“Taxation, Public Policy, and Dynamics of Unemployment”**. In: *International Taxation and Public Finance*, August 1999, Volume 6, pp. 239-262. (23 p.)

Bibliografia Complementar:

BENNMARKE, H., MELLANDER, E., ÖCKERT, B. **Do regional payroll tax reductions boost employment?** Labour Economics, 16(5), 2009, 480–489.

AULA 8: INCENTIVOS FISCAIS

Bibliografia Básica:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018. *Capítulo 20 (itens 20.5 e 20.6)*. [[Minha Biblioteca Fipecafi](#)]

FABIANI, Sidirley; SBAGIA, Roberto. **Tax Incentives for Technological Business Innovation in Brazil: The Use of the Good Law - Lei do Bem (Law No. 11196/2005)**. Journal of Technology Management & Innovation, 9(4), 2014, pp. 53–63 (10 p.)

MOTA, Tânia; AMARAL, Cristina Silveira do. **Fomento ao desenvolvimento econômico a partir da possibilidade dos incentivos à exportação através do regime aduaneiro especial - drawback**. Revista Videre, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 52-66, out. 2014. (15 p.)

OECD. **OECD Review of National R&D Tax Incentives and Estimates of R&D Tax Subsidy Rates**. April, 2018, pp. 5-25 (20 p.)

OECD. **Taxation of SMEs in OECD and G20 Countries**, OECD Tax Policy Studies, No. 23, OECD Publishing, Paris, 2015, *Chapter 3*, pp. 59-88 (29 p.)

Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

SCAFF, Fernando Facury. **A responsabilidade tributária e a inconstitucionalidade da guerra fiscal**. In: Valdir de Oliveira Rocha (Coord.), Grandes questões atuais do direito tributário, vo. 15. São Paulo: Dialética, 2011, pp. 43-60 (17 p.)

Bibliografia Complementar:

OECD. **R&D Tax Incentives: Brazil, 2019**

Fundação Getúlio Vargas (FVG). **Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades**. 2019, pp. 53-65 (12 p.) e 69-74 (5 p.)

TORRES, Heleno Taveira; D'ÁVILA, Lucimara dos Santos. **Lei do bem é duplo incentivo a pequenas e microempresas**. Consultor Jurídico. pub. 3 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-03/opiniao-lei-bem-duplo-incentivo-pequenas-micro-empresas>

VIEIRA DE OLIVEIRA, Oderlene, FREIRES ZABA, Elisangela, ARRUDA CAVALCANTE FORTE, Sérgio Henrique. **Razão da não utilização de incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem por empresas brasileiras**. Revista Contemporânea de Contabilidade, 2017, 14 (janeiro-abril) (23 p.)

Medida Cautelar na ADI nº 5.464/DF (Liminar) – Convênio ICMS nº 93/2015 e Simples Nacional (15 p.)

ZUCOLOTO, Graziela F. **Lei do Bem: impactos nas atividades de P&D no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasília, n. 6, fev. 2010. (20 p.)